

**DAS “JUVENTUDES” DOS ANTIGOS MOVIMENTOS DE
LIBERTAÇÃO AOS “REVÚS”: DIVERSIDADE IDENTITÁRIA DO
ATIVISMO POLÍTICO E CÍVICO ANGOLANO, DA LUTA ARMADA
ANTICOLONIAL AO CASO DOS “15 +2”, 1960-2015**

Jean-Michel Mabeko-Tali

Howard University
2441 6th Street, NW
Douglas Memorial Hall, Room 303
Washington, DC 20059, USA
Jmabeko-tali@howard.edu
ORCID: 0000-0003-3410-2438

CRedit: conceptualização e redação do rascunho original

**Das “Juventudes” dos antigos movimentos de libertação aos “Revús”:
Diversidade identitária do ativismo político e cívico angolano, da luta armada
anticolonial ao caso dos “15 +2”, 1960-2015**

O presente texto apresenta um enquadramento histórico-analítico das diversas dinâmicas da política juvenil em Angola, iniciando nas juventudes partidárias dos movimentos de libertação, passando pelo seu impacto político no pós-independência e repressão em torno do 27 de maio, terminando na sua reemersão nas mais recentes manifestações dos chamados Revús.

Palavras-chave: Angola, juventudes partidárias, repressão, Revús

**From the “Youths” of the old liberation movements to the “Revús”: Identity
diversity of Angolan political and civic activism, from the anti-colonial
armed struggle to the case of the “15 +2”, 1960-2015**

This text presents a historical-analytical framework of the different dynamics of youth politics in Angola, starting with youth supporters of the liberation movements, going through their political impact in the post-independence period and repression around the 27th of May, ending with their re-emergence in the most recent manifestations of the so-called Revús.

Keywords: Angola, party youth, repression, Revús

Recebido: 3 de abril de 2023

Aceite: 19 de maio de 2023

A queda do regime salazarista em 25 de abril de 1974 teve como consequência imediata o desaparecimento das instituições políticas e associativas anteriormente ligadas ao regime deposto. Entre essas instituições estavam as estruturas da Mocidade Portuguesa, outrora órgão oficial de enquadramento dos jovens nas colônias (excetuando, bem entendido, o escutismo eclesiástico).

Quer isto dizer que quando cai o regime colonial não há um vazio total em termos de atividades juvenis, mesmo que estas estivessem ligadas às estruturas de dominação. É nesse quadro herdado do poder colonial que, no caos político pós-25 de Abril, novas organizações despontam nas cidades e vilas angolanas.

Desde o início, essas organizações afirmam-se tanto como protagonistas na nova ordem que ganha lugar na transição, como se implicam nas lutas políticas e confrontações militares que iniciam o processo que conduzirá à longa guerra civil angolana.

De todas estas organizações, serão os grupúsculos de extrema-esquerda que darão a este processo político um carácter especial; neste caso, estes últimos fundarão as suas lutas políticas sobre um discurso teleológico centrado em torno de uma ideia mestre: a construção de uma democracia popular direta (o “Poder Popular”) e de uma sociedade socialista em Angola.

Neste panorama político juvenil, o MPLA encontrar-se-á numa situação muito particular, de ter de gerir múltiplas alianças com organizações juvenis, em muitos casos ideologicamente variadas e nos antípodas umas das outras, no que classificaremos, sem a menor hesitação, dentro da categoria de grupos de extrema-esquerda.

Face a estes grupúsculos urbanos, ideologicamente agressivos, os jovens oriundos da guerrilha parecem corpos políticos sem vida. Daí que qualquer análise do papel desempenhado pela juventude angolana nesse processo requer a necessidade de se proceder a um exame prévio de cada uma destas organizações de jovens saídas da luta armada anticolonial antes de analisar as mais recentes evoluções do ativismo juvenil.

Neste âmbito, este texto encontra-se estruturado em três partes. A primeira parte será dedicada às juventudes partidárias dos três movimentos: BJR da FNLA, JURA da UNITA e “Jota” do MPLA; a segunda é dedicada às dinâmicas de afirmação política juvenil e suas implicações no período após a independência; a terceira parte conclui com o enquadramento da mais recente contestação juvenil pós-27 de Maio: o caso dos “Revús”.

As juventudes partidárias: BJR da FNLA, JURA da UNITA e “Jota” do MPLA

As BJR da FNLA: uma presença problemática no meio urbano angolano

Aquando da independência, a FNLA, que surge pela primeira vez nas cidades angolanas, tem como organização juvenil as Brigadas dos Jovens Revolucionários (BJR).¹

Tal como a organização-mãe, estes jovens são, na sua maioria, provenientes dos meios dos BaKongo angolanos exilados no vizinho Congo (Zaire, na época). Estes jovens ignoravam quase tudo sobre esta Angola urbana que vão ter de de-
frontar.

A isto é preciso acrescentar o *handicap* linguístico de que sofre um bom número de militantes e responsáveis deste partido, nascidos ou tendo crescido no exílio no antigo Congo belga, e que se sentem — e são vistos como — estrangeiros no seu próprio país, mais particularmente na capital. As oposições etnolinguísticas kimbundu versus kikongo contribuirão também grandemente nesse processo.

A propaganda do MPLA e aliados, de resto, apresentá-los-á como verdadeiros bárbaros estrangeiros, “zaireses”² a soldo do regime de Mobutu e das potências ocidentais, nomeadamente do imperialismo americano, tendo como objetivo instaurar um regime neocolonial e apoderar-se das riquezas naturais do país.

Acrescentar-se-á e inventar-se-á toda a espécie de histórias de canibalismo, de que seriam culpados alguns dirigentes deste partido. Estas alegações serão desmentidas oficiosamente e publicamente mais tarde, e com muitos pormenores (e humor), por uma eminente testemunha da época, e antiga figura cimeira do MPLA, Lopo Ferreira do Nascimento, antigo primeiro-ministro de Angola e antigo secretário-geral do MPLA, durante uma comunicação a estudantes na cerimónia que marcava o início do ano académico de uma instituição universitária da capital angolana (Tvivre Angola, 2019).

Serão, conseqüentemente, o alvo fácil das milícias do MPLA nas ruas de Luanda e vão desaparecer desta cidade com as estruturas do seu movimento, no seguimento da sua derrota militar, em julho de 1975.

Desta forma, e tal como a sua congénere da UNITA, as BJR terão uma experiência urbana efémera e regressarão à clandestinidade face ao regime de partido único do MPLA; seguirão os dissabores da FNLA no exílio, depois na oposição,

¹ Antes da fundação da FNLA, em 1962, através da fusão da UPA (União das Populações de Angola, fundada em 1958) com outros grupos políticos exilados no Congo belga, existira a JUPA (Juventude da União das Populações de Angola), que desapareceu com a sigla UPA para dar lugar às BJR, braço armado das juventudes do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) da FNLA, baseada então em Kinshasa.

² Sobre esta visão/representação, em Angola, dos cidadãos saídos da diáspora angolana na República Democrática do Congo, ver Mabeko-Tali (2005).

após a instauração do “multipartidarismo” em Angola, em 1991, e posteriormente acabarão por desaparecer.

Mas, ao contrário das BJR, as juventudes da UNITA forjarão para si uma nova identidade, longe do mundo urbano, num processo político-militar ligado a uma nova e longa guerrilha, no quadro da guerra civil pós-colonial angolana.

A JURA da UNITA: uma experiência urbana meteórica em 1974-1975

A UNITA saída das matas em 1974 não dispõe de uma organização juvenil propriamente dita. As condições de uma guerrilha embrionária, que estava reduzida a pouca coisa no leste angolano, de 1966 a 1974, justificam, sem dúvida, este estado de coisas.³

Contudo, a partir da sua legalização, em junho de 1974, a UNITA cria a Juventude Unida Revolucionária de Angola (JURA) em outubro de 1974, aquando da VIII Conferência Nacional.

Esta virá a ser um elemento importante na guerra urbana nas regiões do centro-sul, em 1975. No entanto, esta experiência urbana a céu aberto será breve. Temendo ser ensanduichada entre os dois “grandes elefantes” (FNLA e MPLA) em confronto militar aberto e ser eliminada em Luanda (e em outras cidades do norte), cidade que lhe era totalmente (étnica e sociologicamente) estranha, a UNITA retira-se das cidades do sul e do centro-sul, regressando depois às matas após o 11 de novembro de 1975, desta vez contra o regime do MPLA.

No universo de enclausuramento de qualquer guerra de guerrilha rural, sobretudo com as características do *maquis* da UNITA (Chiwale, 2008), a JURA ficará de pés e mãos atados, na situação clássica de todo e qualquer regime autocrático, tal como aquele que é mantido por Jonas Savimbi nas matas, que reprimia de maneira impiedosa toda e qualquer veleidade de democracia interna (Bridgland, 1995; Malaquias, 2007). Neste aspeto, a juventude do MPLA partido-Estado não fará, de resto, melhor figura.

A JMPLA e os desafios ideológicos e sociológicos do mundo urbano em 1974-75

Como organização de massas do MPLA, a JMPLA (Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola, ou “Jota”, como era correntemente chamada), nascida em 1966, viveu, primeiro, num quadro político limitado pelas condições da luta armada.

Após o fim da guerra de libertação e a passagem para as lutas urbanas, a “Jota” conhecerá, contudo, como nunca antes, um impulso político simultanea-

³ Testemunhos interessantes de antigos altos quadros político-militares desta organização podem ser lidos em Chiwale (2008) e Muekalia (2010).

mente salutar, do ponto de vista do seu alargamento social, e problemático, do ponto de vista da sua coesão estrutural e ideológica.

Este alargamento da sua base social constituirá, verdadeiramente e mais que em períodos anteriores, um objeto de riscos políticos e sociais no seio do MPLA.

Esta nova dinâmica está ligada às dramáticas mudanças operadas no seio deste órgão juvenil, com a entrada em massa, após a sua instalação legal nas cidades e vilas angolanas, de uma juventude urbana variada, com um nível de escolarização mais elevado e mais avançado e que penetrará nas fileiras de um corpo institucional saído do exílio e das matas.

Ou seja, a “Jota” proveniente da luta armada anticolonial é, até aí, sobretudo em termos numéricos, dominada por jovens oriundos dos meios rurais, dado que a guerra de libertação fora exclusivamente levada a cabo nos campos; mas é também um corpo até ali sem grande expressão política nas condições da luta de libertação do MPLA.

Do ponto de vista da sua estruturação, a “Jota”, dirigida por um primeiro-secretário, será organizada em células, presentes em todos os sectores da vida política, social e económica, do novo país independente. Está presente em bairros, empresas, nas forças armadas, escolas, nos liceus e faculdades. Graças a esta estrutura tentacular, ela assegura a presença do partido em todos os sectores da vida social e política do país.

Além disso, tem a vantagem de transcender as divisões sexuais e de género, contrariamente, por exemplo, à Organização das Mulheres Angolanas deste mesmo partido.

Consequentemente, tal fará dela uma potencial e poderosa corrente de transmissão de mensagens e de mobilização políticas para qualquer líder carismático e contestatário, ainda mais se este for jovem. Tal será o caso de Nito Alves.

A afirmação política juvenil, diversa e problemática, nos centros urbanos

No ambiente pós-25 de Abril de 1974, a afirmação política juvenil mais dinâmica e potencialmente mais problemática para os movimentos de libertação nos centros urbanos angolanos far-se-á, não pelas organizações “militaristas” dos movimentos de libertação (BJR, JURA, JMPLA), mas antes por organizações, até mesmo por individualidades, cuja trajetória política se construiu fora das estruturas ou dos círculos dominados pelos movimentos de libertação ou ligados a estes.

Tal refere-se, especialmente, aos ativistas jovens que tinham tido ou uma experiência política nas fileiras da extrema-esquerda portuguesa ou que tinham iniciado a sua vida militante em certas organizações de esquerda moderada antifascista, que existiram, ainda que clandestinamente, em Angola (Mabeko-Tali, 2019, p. 157; Rocha, 2009). Foi o caso daqueles que militavam nos “Movimentos Democráticos” angolanos de Nova Lisboa (Huambo) e de Benguela, dois grupos essencialmente povoados pela elite colonial mestiça ou branca e que integrarão oficial e solenemente as fileiras do MPLA em 1974-1975.⁴

Tal constituirá, para a “Jota”, um verdadeiro dilema: tanto devia atrair simpatizantes e, logo, a adesão nas suas fileiras de fações urbanas nascidas fora do MPLA; como não podia ignorar e ultrapassar as imposições estruturais da organização-mãe, que acabava de experienciar um longo ciclo de dissidências e se encontrava já a braços com lutas entre fações.

E este dilema era tanto mais difícil de ultrapassar que, ao contrário da “Jota” que saía das matas, esta juventude urbana e não institucional é sociologicamente mais variada e politicamente difícil de “catequizar” sem choques nem resistências.

De facto, era constituída por pessoas provenientes de todos os sectores urbanos e quadros sociais: desde a massa proletária, ou do subproletariado, saída dos *musseques*, até aos jovens vindos dos bairros luxuosos, passando pela pequena burguesia mestiça e negra, incluindo alguns, raros, jovens brancos oriundos de famílias tradicionalmente de esquerda ou, pelo menos, anti-salazaristas.

O quadro geral de sociabilidade e convivialidade destes jovens era o seu local de escolarização (estabelecimentos escolares secundários e universitários), onde se desenrolam, desde a queda do regime colonial e o fim da vigilância policial da PIDE,⁵ ferozes lutas ideológicas e de fações e onde, durante a época do governo de transição (fevereiro a julho de 1975), se organizarão greves, “assembleias de militantes e simpatizantes”, manifestações culturais (teatro, concertos), “cursos de orientação política” (COP).

É sob a dinâmica destas camadas urbanas escolarizadas (alunos dos liceus e estudantes dos centros universitários de Luanda, Huambo e Lubango) que nascerão associações e outros comités de ação e de bairros, dominados por uma extrema-esquerda, de resto muito diversa.

⁴ Nas conversações e cerimónias oficiais de integração dos “movimentos democráticos” de Huambo e Benguela ou “social-democrata” de Luanda, nas fileiras do MPLA, foram pronunciados discursos muito solenes por ambas as partes, sobre as razões e a necessidade desta “unificação de forças progressistas”, face às “ameaças imperialistas” que pairavam sobre o processo de independência de Angola (Mabeko-Tali, 2019, pp. 416-422).

⁵ Polícia política portuguesa (Policia Internacional para a Defesa do Estado) sob o regime de Salazar. Para as devastações desta polícia nas colónias e a perseguição que organizava às organizações nacionalistas, ver Mateus (2004).

O caso da extrema-esquerda é tanto mais paradigmático que algumas destas organizações terão como agenda política imediata apoiar o MPLA, que elas estimam, apesar das reservas expressas aqui e ali. Consideram o MPLA o único movimento “progressista”, passível de se tornar um aliado a longo prazo na “luta contra o imperialismo”, na condição de o “transformar a partir do interior” e de fazer dele um verdadeiro movimento revolucionário.

Uma tal agenda implicava, por conseguinte, um processo de infiltração de todas as estruturas vitais do movimento, incluindo o seu órgão de juventude, a “Jota”.

Os mais à esquerda destas organizações procurarão, pois, infiltrar rapidamente as estruturas vitais do movimento e imprimir as suas ideias e visões sobre a “revolução do proletariado”, a independência nacional e a construção de uma nova sociedade (socialista, entenda-se) na Angola pós-colonial. Tanto mais que a liderança deste MPLA, saída da guerrilha, não parece, aos seus olhos, definir-se de maneira clara, tanto sobre a sua identidade ideológica como sobre o seu posicionamento nas lutas que então dilaceravam o movimento comunista internacional.

Por seu turno, e no seu conjunto, as organizações juvenis dos movimentos de libertação saídos da luta armada não terão expressão política real durante o período da luta armada. A ausência de uma vida democrática no seio dos próprios movimentos será o menos importante nesta pouca expressão política, para não dizer no estado vegetativo em que o conjunto das suas organizações de massa viverão. A brusca mudança de regime em Portugal, a 25 de abril de 1974, criará uma dinâmica marcada por uma adesão massiva de jovens às estruturas juvenis dos movimentos de libertação, em particular nos centros urbanos.

Será nos centros urbanos que desempenharão um papel capital, tanto na mobilização política como militar. São eles que, literalmente, tomarão as rédeas do esforço humano exigido pela quádrupla e depois a tripla confrontação que oporá, de início, as bolsas de resistência da comunidade branca anti-independentista em Angola aos diferentes movimentos armados, e depois, numa segunda fase, as três organizações nacionalistas africanas pelo domínio unilateral do poder político.

A guerra que opõe os três movimentos de libertação pelo controlo da capital do país, antes de se estender aos centros urbanos secundários, será acima de tudo uma guerra de jovens, cuja média de idade não ultrapassará os 20 anos.

Se é verdade que eles provêm, na sua maioria, dos bairros degradados e sonham com uma revolução que possa mudar a sua vida miserável para melhor, também aí encontramos igualmente jovens provenientes das classes médias, imbuídos do romantismo revolucionário, sonhando com feitos de armas. Estes

jovens invadirão os “Centros de Instrução Revolucionária” do MPLA para aí serem sujeitos a uma doutrinação político-ideológica e a um treinamento militar sumários, antes de serem lançados em combate.

No entanto, já nesta fase, em que a aliança MPLA - “Comités de Ação” e associações de esquerda pareciam viver a sua lua de mel, surgem dificuldades relacionais e são postas a descoberto todas as fragilidades de uma aliança problemática com múltiplas visões ideológicas e estratégicas.

“Comités” e associações de esquerda: aliados problemáticos para o MPLA

O facto marcante dos “Comités” e associações juvenis em meios estudantis, que dominam a vida política e associativa em Luanda em 1974-1975, é o de terem estado ligados a ideologias de extrema-esquerda, com todas as suas *nuances* e tendências, refletindo tanto as divisões então em curso no seio do movimento comunista internacional, como as divisões da Guerra Fria.

Mas os “Comités” ditos de direita, pelo menos não marxistas, e mesmo defendendo uma ideologia nacionalista conservadora e bastante pan-negra, desempenharam um papel não negligenciável nas lutas entre fações e nas alianças que se tecerão para a conquista do poder em 1975.

O segundo facto dominante é o apoio inicial destes “Comités”, de todas as tendências misturadas (Mabeko-Tali, 2019; Mateus & Mateus, 2007), ao MPLA, cuja amplitude era muito variada em função dos grupos, do jogo de influências e das lutas hegemónicas entre eles.

No caso dos “Comités” ditos de esquerda, o apoio ao MPLA era justificado em termos de aliança estratégica (visto como “progressista” face à FNLA e à UNITA, consideradas “agentes do imperialismo e do neocolonialismo”). Não obstante, mantinham-se críticos da direção do movimento.

No caso dos “Comités” ditos de direita, conservadores, igualmente apoiantes do MPLA, a justificativa para este apoio baseava-se em dois fatores: o fator étnico-regional mbundu (etnia de origem do presidente do MPLA, Agostinho Neto) e a presença no seu seio de personalidades conservadoras, mais velhas, cuja educação religiosa e tradicional, mas também uma visão pan-negra da Angola pós-colonial, se opunha aos discursos revolucionários universalistas e radicais dos “Comités” de esquerda.

Esta desconfiança relativamente ao discurso revolucionário radical e “marxista-leninista” tornar-se-á sistémico após a insurreição abortada de 27 de maio de 1977, à qual regressaremos.

A transformação do MPLA em “Partido do Trabalho” “Marxista-Leninista”, após o congresso constitutivo de dezembro de 1977, não chegará a reimplemen-

tar as retóricas românticas, “marxista-leninistas”, na moda em 1974-1976. Esta realidade correspondia, em qualquer das situações, ao desaparecimento da extrema-esquerda, tanto no interior como fora do MPLA, como sublinho mais à frente no texto.

Contrariamente às organizações estudantis das gerações anteriores, as bases de recrutamento e de associativismo não continuarão a fundar-se em pertenças ou simpatias confessionais, mas antes em critérios ideológicos seculares. Já não será em divergências confessionais em torno da mensagem bíblica, mas sim em torno de Marx, Mao, Enver Hoxha (o dirigente comunista albanês na época), Estaline e, em menor medida, de Trotski, que se baterão as referências e as simpatias políticas.

Em si, este facto constituía uma reviravolta mais importante do que as revoltas anteriores que haviam ocorrido no seio do movimento de libertação no decurso dos treze anos de luta armada.

Esta reviravolta constituirá uma frente de lutas de fações que marcarão o pós-colonial imediato e as lutas no seio do MPLA. Porém, em 1974-1975 impunha-se uma união política entre todos aqueles que simpatizavam com aquele movimento de libertação, o que permitia enfrentar os movimentos rivais, que supostamente representavam o inimigo “imperialista”.

Os primeiros confrontos armados ocorreram durante o mês de junho de 1975, nos centros urbanos, no caso em Luanda, e opuseram as “Brigadas da Juventude Revolucionária” da FNLA ao conglomerado de forças e tendências de juventude no seio dos “Comités” aliados ao MPLA.

As confrontações com a JURA da UNITA terão, quanto a elas, lugar sobretudo nas cidades do centro (Huambo) e do centro-sul (Benguela, Lobito). Como dissemos, Luanda é, etnicamente falando, um terreno favorável ao MPLA, cujo líder é mbundu; no plano sociológico e cultural é um território crioulo, na aceção que este conceito subentende nas colónias portuguesas em África.

Face a isto, existe, de um lado, uma FNLA em que, tanto o grosso da direção como os *grassroots* (militantes de base) e as organizações juvenis, são fundamentalmente de etnia Kongo, com pouca expressão social e cultural na capital.

Por conseguinte, serão rapidamente identificados e perseguidos a partir do descarrilamento da transição política saída dos Acordos de Alvor de janeiro de 1975,⁶ sendo posteriormente eliminados, militar e politicamente, aquando da batalha definitiva pelo controlo da capital, em julho desse mesmo ano.

⁶ Acordos assinados a 15 de janeiro de 1975 entre as novas autoridades portuguesas do Movimento das Forças Armadas (MFA, saído do golpe de Estado de 25 de abril de 1974) e os três movimentos de libertação angolanos, no termo dos quais foi formado um governo de transição, composto por representantes dos três movimentos e de Portugal e que devia preparar as eleições com vista à formação de uma assembleia constituinte e à realização de eleições presidenciais.

Também para a UNITA, cujo líder, Jonas Savimbi, era ovimbundu, povo do Planalto Central (povo que constituirá o essencial da base do movimento desde 1975), Luanda é também um território estranho, onde terá dificuldade em se movimentar, tanto política como militarmente, e que terá de abandonar de armas e bagagens a partir dos primeiros confrontos entre os três movimentos na capital, em 1975.

Assim, a partir do mês de julho de 1975, o MPLA é dono e senhor da capital, antes de empreender a reconquista do interior do país, com a ajuda, é certo, das tropas cubanas e de outros aliados,⁷ mas sobretudo graças à imensa mobilização de jovens voluntários que afluem em massa aos “Centros de Instrução Revolucionária” (CIR), onde receberão uma formação intensiva, político-militar, antes de serem atirados para a batalha. Por vezes, esta etapa não teve sequer lugar e era preciso aprender, com a prática, a manejar as armas e a combater.

Estes voluntários eram oriundos destes diferentes “Comités de Ação” e associações aliadas do MPLA, citadas acima, e é no seu seio que se afirmarão oposições e lutas de fações face à direção do MPLA. Estas oposições e lutas de fações acontecem em função da natureza de cada grupo e tendência.

Nesse momento de oposições várias, o próprio movimento tenta desde logo integrar pura e simplesmente as estruturas associativas que agem ainda de forma autónoma, na necessidade de “meter na linha” aqueles que, dentro dos “Comités” de extrema-esquerda, lhe resistem e se revelam demasiado críticos (caso dos CAC – Comités Amílcar Cabral, em particular).

De igual modo, importa também apresentar uma ideia geral, resumida, destas organizações que constituirão aliados problemáticos para o MPLA, das suas visões e opções ideológicas, das suas análises da conjuntura angolana de então e do seu entendimento da natureza desta aliança.

Cronologicamente, é nos meios estudantis que são criadas as primeiras associações juvenis na cidade de Luanda, logo após a queda do regime salazarista em Portugal, a 25 de abril de 1974. Assim, a 1 de maio de 1974, por ocasião da festa dos trabalhadores, celebrada pela primeira vez na história deste país, nasce a Associação dos Estudantes Universitários de Luanda (AEUL). No início de 1975, uma outra associação é criada por grupos de alunos do liceu, chamada Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Liceal (Pró-AEEL).

Estas duas associações desempenharão um papel fundamental nos confrontos entre os três partidos rivais. Elas cultivarão um clima de agitação permanente

⁷ Nomeadamente o que restava das antigas forças katanguesas, após o falhanço da secessão katanguesa (1960-1964). Uma parte substancial destas forças conseguiu chegar a Angola e negociou uma aliança com o MPLA, contra a FNLA (a qual tinham, pois era aliada de Mobutu), sob a asa dos oficiais da esquerda portuguesa em Angola, simpatizantes do MPLA (Cf. Correia, 1992).

durante o governo de transição através de greves e manifestações públicas sob todos os pretextos (indo desde a abolição dos exames de seleção à expulsão de professores que simbolizavam ainda, aos seus olhos, o sistema colonial, ou ainda por uma reforma acelerada do sistema educativo na sua globalidade, etc.), tudo devidamente manipulado pelo MPLA e aliados da extrema-esquerda, através da organização de movimentos de greve.

As greves estudantis marcam a paisagem sociopolítica angolana ao longo de todo o ano de 1975, tanto quanto durou o Governo de Transição (formado nos termos dos Acordos de Alvor de janeiro de 1975 entre os três movimentos armados e o governo português e que deixa de existir em julho de 1975, após a vitória do MPLA em Luanda).

Estas greves tinham um carácter eminentemente político. A criação daquelas associações fora obra dos “Comités de Ação” e servia plenamente a estratégia do MPLA que consistia em ocupar o espaço social e civil face aos seus concorrentes, a FNLA e a UNITA.

Foi aí que a aliança com os “Comités” foi de grande utilidade ao movimento. Em particular, os grandes inspiradores e fundadores destas associações estudantis foram os “Comités Amílcar Cabral” (CAC), cujo papel será capital na estruturação não apenas da mobilização popular, durante a transição política de 1974 a 1975, mas igualmente na radicalização de uma organização política autónoma, que se assumirá sob um rótulo em oposição a um MPLA que ela estima ser “burguês e sujeito ao social-imperialismo soviético” (Mabeko-Tali, 2019, p. 84; Mabeko-Tali, 2023).

No entanto, o MPLA, uma vez no poder e livre dos grupos juvenis contestatários de extrema-esquerda, contará, para a reconstrução do seu ramo juvenil, com aquilo que restava de conservador, até reacionário e anticomunista nesses movimentos juvenis que haviam surgido desde a queda do regime salazarista em Portugal e em torno de figuras nacionalistas com discurso pan-negro e obviamente anticomunistas.

O nacionalismo juvenil conservador da “nebulosa” MPLA em 1974-1975

A diversidade sociológica da nebulosa que se construiu em torno do MPLA em 1974-1975 não foi toda ela obra da juventude das diversas esquerdas, dominadas pelos CAC. Existiam, igualmente, elementos significativos do que poderíamos reagrupar, sem nos enganarmos demasiado, e para simplificar, sob o rótulo de grupúsculos “de direita”, mas que seria mais adequado qualificar de sectores juvenis com uma visão conservadora e sobretudo pan-negra do futuro de Angola.

Tratava-se de um pan-negrismo que não poderíamos classificar forçosamente de racista, mas que, por um lado, era a consequência espeleológica do racismo colonial e, por outro, a tradução de aspirações genuínas, não forçosamente racistas, de uma justiça para uma sociedade africana que recebera pouco do sistema colonial, tanto do ponto de vista material como do sistema educativo.

Entre estes comités conservadores, seguramente longe das ideias extravagantes das ideologias de esquerda, existia o “Comité 4 de Fevereiro”. As suas origens repousam nas camadas sociais urbanas africanas ligadas direta ou indiretamente às figuras nacionalistas autoras do grande movimento de ataque às prisões de Luanda, a 4 de fevereiro de 1961, e a sua linha política pode ser lida sem grandes dificuldades através do seu órgão de comunicação *Ngoma – A Luta do Povo Angolano* (Ngoma, 1975).

Os textos publicados são, de facto, em grande parte, repetições da imprensa oficial do MPLA, incluindo as mais insidiosas acusações, tais como as da prática de canibalismo (Ngoma, 1975, p. 4), apontadas contra a FNLA durante a fase de transição. Conforme referido, estas alegações serão desmentidas oficialmente e publicamente mais tarde, e com muitos pormenores (e humor), por uma eminente testemunha da época, e antigo barão do MPLA, Lopo Ferreira do Nascimento (Tvivre Angola, 2019).

De qualquer modo, este grupo é representativo desta outra vertente da dinâmica política em torno do MPLA.

A juventude representativa da extrema-esquerda tenta empurrar o MPLA para uma revolução radical, cujo epíteto “socialista” não era cozinhado no mesmo lume, que ia do maoísmo ao estalinismo, mas no sentido de tomar o controlo político do partido em substituição dos dirigentes saídos da luta armada e vistos como frouxos (no que pareciam ter algum ponto em concordância, ainda que involuntariamente, com Nito Alves, que os combaterá ferozmente).

Os grupúsculos juvenis conservadores, à semelhança do “Comité 4 de Fevereiro” e do “Comité Talahadi”, participarão de uma dinâmica ideologicamente oposta às ideologias de esquerda, num combate em que Nito, sem dúvida, emergirá depois de ter feito uma limpeza da extrema-esquerda, mas em que, por sua vez, se afastará deste nacionalismo conservador, tradicionalista e pan-negro (Mabeko-Tali, 2019, pp. 432-434; Mabeko-Tali, 2023).

Em qualquer dos casos, todas estas tendências se identificaram durante um determinado tempo no MPLA, numa aliança que se fracionará muito rapidamente, dando lugar a uma lista política de fracionamentos identitários, cuja crise nitista de 1976-1977 será o resultado final. O 27 de Maio vai desmobilizar, de forma global, todo o movimento juvenil durante mais de três décadas, até ao aparecimento de uma contestação *sui generis*, representada por duas vertentes:

- Por um lado, uma contestação associativista e doutrinária radical assente num discurso de lutas antigovernamentais inspiradas em teorias de lutas urbanas e antissistémicas, desenvolvidas por teóricos de *soft revolution*, ou, se quisermos, de derrube de poderes ditatoriais com meios não armados;

- Por outro lado, uma contestação por via artística, nomeadamente o género musical *rap*, e a contestação intelectual juvenil, num processo que leva essas duas vertentes a constituírem apenas duas expressões de um mesmo processo de discurso contestatário juvenil.

É o fenómeno dito dos “Revús”.

A contestação juvenil pós-27 de Maio: o caso dos “Revús”

Quando, numa noite, em meio de um concerto no cine Karl Marx, o jovem *rapper* Ikonoklasta, nome artístico de Luaty Beirão, interpela de forma irreverente um amigo de infância, e filho do presidente angolano José Eduardo dos Santos, para que transmita uma mensagem de cansaço ao seu pai, todos nós, que assistimos a esse evento inédito (e no meu caso em diferido, dias depois, via internet), percebemos que algo de vulcânico estava por acontecer.

A questão era, no entanto, qual seria a dimensão e a duração temporal daquilo que, em todo o caso, constituía uma viragem de página pós-27 de Maio, e em todo o caso um facto histórico.

Pessoalmente, vivendo longe de Luanda fazia anos, não tinha prestado muita atenção ao lugar muito especial, e de intervenção sociopolítica, que a música *rap* estava a ter em Angola.

Lembrava-me, ainda, que nos tempos da *kabetula* sempre tive a sensação que aquela dança em toda a aparência desarticulada, em plena época de guerra pelo país todo, parecia sim traduzir essa situação de um país desarticulado, com partes do território fora do controlo estatal, onde reinava um Estado paralelo com capital na Jamba, e um Estado internacionalmente reconhecido sediado em Luanda.

Assisti a uma única exibição da dança *kabetula* no cine Karl Marx naquela década de 1990, e fiquei pensativo desde aquele momento do porquê dessa aparentemente desarticulada expressão corporal dos jovens dançarinos.

Estamos habituados a danças equilibradas, da *kizomba* ao *kuduro*, mas a *kabetula* parecia dança de gente embriagada, ou pelo menos em total descontrolo do seu próprio corpo.

Deu-me para pensar e concluir que a *kabetula* representava a dolorosa expressão de um país em guerra durante décadas a fio, desde o seu nascimento, unilateral e contestado, como nação-Estado, a 11 de novembro de 1975.

Veio a seguir o tempo do género musical *rap*.

Num discurso musical que parecia, a princípio, uma simples junção de palavras, começaram a ouvir-se palavras nada anódinas.

Do MCK ao Ikonoklasta, cada um com técnicas declamatórias e fraseamento rítmico diferentes, começou a surgir aquilo que o pós-27 de Maio tinha por longo tempo abafado: o discurso político, ou pelo menos social crítico, e abertamente contestatário da práxis política de quem manda no país.

Até aí, o mundo da pesquisa sobre Angola parece não ter prestado muita atenção a essa lenta instrução musical no discurso social-crítico no universo sociopolítico angolano nesse início do século XXI.

E veio aquele famoso concerto do cine Karl Marx, e a estrondosa e irreverente interpelação do José Eduardo dos Santos pelo Ikonoklasta.

A longa greve de fome deste último teria uma simbólica vitória contra um sistema político de pouca conversa e de muita experiência em matéria de gestão vigorosa de toda contestação juvenil desde os tempos dos CACs/OCA e outros grupos de extrema-esquerda de 1974-1975.

O Luaty Beirão e seus companheiros acabavam de reacender a chama da contestação juvenil iniciada pelos CACs, e abafada pela repressão pós-27 de Maio.

Foi como que um brutal acordar para muitos de nós. Digo acordar, pois logo a seguir, em inúmeras conferências e seminários académicos a que assisti depois desse evento, o *rap* angolano se tornou o centro das atenções.

A resposta do Estado angolano a este retorno *sui generis* da contestação juvenil em Angola mostra que a sua leitura, a nível oficial, não veio de um registo renovado por parte das autoridades, mas de uma continuada aplicação sistemática da repressão como método de lidar com aquilo que era um mal-estar geral duma geração que nasceu, cresceu e se tornou adulta no meio da longa guerra civil no país.

Referências

- Bridgland, F. (1995). Savimbi et l'exercice du pouvoir: Un témoignage. *Politique Africaine*, 57, pp. 94-102.
- Chiwale, S. (2008). *Cruzei-me com a História – Autobiografia*. Sextante.
- Correia, P. de P. (1992). *A descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Ler & Escrever.
- Mabeko-Tali, J.-M. (2005). *Barbares et citoyens: L'identité nationale à l'épreuve des transitions africaines. Congo-Brazzaville, Angola*. L'Harmattan.
- Mabeko-Tali, J.-M. (2019). *Guerrilhas e lutas sociais. O MPLA perante si próprio (1960-1977): Ensaio de história política* (2ª ed.). Mercado de Letras.
- Mabeko-Tali, J.-M. (2023). *Rótulos atribuídos, rótulos assumidos. Memórias e identidades políticas em Angola. Da luta armada anticolonial ao 27 de Maio de 1977 (1960-1977)*. Guerra e Paz.
- Malaquias, A. (2007). *Rebels and robbers: Violence in post-colonial Angola*. Nordiska Afrikainstitutet.
- Mateus, D. C. (2004). *A PIDE/DGS na guerra colonial, 1961-1974*. Terramar.
- Mateus, D. C., & Mateus, Á. (2007). *Purga em Angola – Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem, o 27 de Maio 1977*. ASA.
- Muekalia, J. (2010). *Angola: A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia*. Sextante.
- Rocha, E. (2009). *Angola – Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (Período 1950-1964)*. Dinalivro.
- Tvivre Angola. (2019). *Exclusivo: Lopo do Nascimento revela segredos da independência em Angola*. https://www.youtube.com/watch?v=Y-t-_5Bi8o0